

## IMPORTÂNCIA DE INCLUIR A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Lais Saavedra Santos<sup>1</sup>  
Sileide Mendes da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho traz como objetivo analisar acerca da relevância de uma educação que contemple a diversidade étnica do povo brasileiro. Durante longos períodos grupos como os indígenas e pessoas negras foram escravizados e privados dos seus direitos por serem taxados como “diferentes” e “inferiores”, e ainda sofrem com as desigualdades, as pessoas negras são um desses grupos, ainda estão excluídos da sociedade. Nas escolas, possuem as maiores taxas de analfabetismo, evasão escolar e repetências de series. Essa diversidade presente no ambiente escolar deve impulsionar na criação de práticas pedagógicas e estratégias para trabalhá-las, abrangendo as questões étnico-raciais para a inclusão, conhecimento e respeito, pelo menos é o que consta nas legislações brasileiras. Fundamentado na pesquisa bibliográfica, os autores abordaram que é necessário discutir esses temas para provocar a sensibilização dos alunos e diminuir situações racistas, discriminatórias e preconceituosas. A escola e a família em conjunto são responsáveis na construção de cidadãos que se relacionam em sociedade de forma respeitosa.

**Palavras-chave:** Escola, Étnico-raciais, Preconceito, Racismo.

### INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente inteiramente diversificado de culturas, religiões, etnias, gêneros, classes sociais, línguas e outros. Isso resulta em algumas divergências de ideias, opiniões e posicionamentos. A instituição deve valorizar essas diferenças, saber lidar com essas questões, ter profissionais capacitados e estar disposta a falar sobre esses assuntos, pois ela é responsável pela formação dos princípios morais e éticos das sociedades que contribuirão para uma sociedade mais justa e equivalente. A educação inclusiva, é uma forma das escolas oferecerem espaços e oportunidades de uma educação igualitária para todos.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia Faculdade Alfredo Nasser –(UNIFAN- REMANSO- BA), laissaavedra7@gmail.com;

<sup>2</sup> Professora orientadora: 2 Mestra em Ciências da Educação. Graduada em Pedagogia (UESPI-PI) e Matemática (UNEB-BA). Pós graduada em Coordenação Pedagógica; Ensino da Matemática; Educação Infantil; Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora e coordenadora do Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Professora da Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN- REMANSO BAHIA), sileidemendes.uneb@gmail.com.

Essa educação não se resume apenas na adequação de espaços para alunos com deficiência, mas também a necessidade de construção de práticas pedagógicas e estratégias de acordo com as diferenças presentes na escola. Possibilitar diálogos esclarecedores que promovam a inclusão, o respeito, o reconhecimento, o entendimento e conhecimento sobre as diferenças presentes no mundo entre escola, aluno e a família, sendo uma forma desses grupos excluídos terem uma voz ativa em sociedade.

Muitas das vezes, a educação funciona como uma forma de “escape” da exclusão social a qual, muitos desses grupos são expostos, e apesar de existirem conquistas como a implementação de leis e políticas públicas, ainda persiste situações violentas, preconceituosas, racistas e discriminatórias no âmbito escolar, ou, seja, ainda estamos muito longe de uma sociedade inclusiva.

Esse artigo busca enfatizar a importância acerca da temática étnico-racial, os preconceitos, racismos e discriminações por causa da raça, cor, ascendência, etnia ou nacionalidade ainda persistentes na educação brasileira, o que é algo inadmissível em pleno século XXI e também expor o quão fundamental é incluir em todo o ambiente escolar os alunos taxados como “diferentes” que, por consequência são excluídos, e como trabalhar essas questões de multiculturalismo contribui para a ampliação da visão de mundo, desenvolvendo cidadãos empáticos, humanizados e que respeitam a existência dos outros.

Logo, o trabalho traz como objetivo geral analisar acerca da relevância de uma educação que contemple a diversidade étnica do povo brasileiro. Especificamente, discutir a diversidade étnico-racial presente na educação brasileira, analisar como são trabalhadas essas questões étnico-raciais nas salas de aulas brasileiras e propor sugestões e ideias de como trabalhá-las.

## **METODOLOGIA**

Esse artigo foi construído por meio de pesquisas em livros, artigos acadêmicos, sites e vídeos. Pesquisa Bibliográfica: “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2010, p. 50).

A pesquisa bibliográfica se tornou essencial para a busca dos dados, uma vez que contribuiu para a explanação do assunto abordado, sugestões e levantamento de novas ideias, a partir da observação, leitura e estudo de pesquisas já publicadas, dados estatísticas e leis que respaldam a educação inclusiva brasileira.

## **A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL PRESENTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Qual a diferença entre etnia e raça? Etnia é proveniente do grego “ethnos” que significa “povo que tem a mesma cultura”. Raça é do latim “ratio” e significa “categorizar espécie”.

Segundo a série de fascículos Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares, na edição Raças e Etnias (UNFPA 2010 p. 14), etnia refere-se a um grupo de pessoas que possuem os mesmos costumes, língua, religião, visão de mundo e território. Já raça é um conceito socialmente construído, usado para diferenciar características físicas, segregando as pessoas em “superiores” e “inferiores”, ou seja, a etnia está associada as questões socioculturais dos indivíduos e raça as questões biológicas de seres vivos, exceto humanos, pois são todos da espécie “homo sapiens”.

Não se pode esquecer de todas as desumanidades e humilhações que seus descendentes sofreram e ainda no Brasil a persistência arcaica da classificação de pessoas por sua cultura, aparência, classe social e entre outros. O Movimento Negro, ressignificou a palavra raça, como uma forma sociopolítica, identitária, uma busca de medidas reparadoras e de lutas para a superação de situações de preconceito, discriminação e racismo. Considerando toda a sua origem, história, cultura e direitos violados.

O Brasil foi formado por várias etnias: os indígenas, europeus, africanos e asiáticos, resultando numa grande miscigenação de povos e culturas. Em dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), quando perguntados sobre sua cor as pessoas se autodeclararam: 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Sendo assim, 56,2% da população brasileira é formada por pessoas pardas e pretas. Essas pessoas lideram as taxas de analfabetismo, homicídio, pobreza e presos comparados com os brancos. Infelizmente ainda estão os menos presentes em cargos executivos, públicos, cinema e educação (IBGE, 2020).

Enquanto uma matéria do site “Agência Brasil” traz o aumento das pessoas pretas e pardas no ensino superior, dados do PNAD Continua 2019, divulgados em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que no país enquanto 57,0% dos brancos concluíram o ensino médio, apenas 41% dos negros e pardos concluíram. De 50 milhões de pessoas de 14 a 19 anos 20,2% não completaram etapas da educação básica, por abandono ou não frequentarem, 71% eram negros e pardos. Eles possuem menos anos de estudos, se comparado aos brancos. Sendo 85,8% a quantidade de pretos e pardos que estudam na série de

acordo com sua idade e brancos 90,4%. A falta de acesso à educação é mais frequente entre negros, e o analfabetismo é 8,9% negros e 3,6% brancos (IBGE, 2020).

Para ter um processo de inclusão na escola o indivíduo precisa se sentir acolhido e respeitado. Não basta apenas ofertar a entrada, mas possibilitar a permanência dessas pessoas. De acordo com o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e o inciso I do artigo 3º: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Os dados acima fazem refletir se o que prescreve a lei está realmente em prática.

## **IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO**

A educação é uma ferramenta que fomenta a mudança sociocultural. Freire (1987) enfatiza que “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. A escola tem uma grande participação na construção dos conhecimentos e formação do aluno, os ideais absorvidos por ele durante todo o período escolar refletirão no comportamento como cidadão em sociedade. Por isso, conviver e aprender sobre as diferenças existentes despertará uma certa empatia, assim dando a possibilidade de mitigar a intolerância.

A abordagem de assuntos com esse tema deve estar presente desde a creche até o ensino superior, trabalhados a fundo e não apenas superficialmente. O estudante deve conhecer todos os lados e versões da sua história, as barbaridades e explorações que afrodescendentes e indígenas foram expostos, para quem sabe assim superar as situações de racismo e desigualdade que persistem. Quando trabalhados de maneira correta, ajuda a própria criança na construção da sua identidade, aceitação e na sua percepção sobre o outro.

A escola enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, a escola (PROGRAMA ÉTICA E CIDADANIA, 2007, p.38)

Debater esse tema desde o início da vida escolar contribui para a construção da autoestima das crianças, principalmente das crianças negras, as quais crescem com o estereótipo de que o “bonito” é ter cabelos lisos, serem brancas, nariz fino, olhos claros e etc, crescendo com uma baixa autoestima, com vergonha dos seus traços ou em reconhecer suas qualidades, origem e cultura. Tanto as meninas, quanto os meninos. Ouvir histórias, ler sobre heróis (as) tanto reais quanto fictícios, contribuirá para uma nova visão de si mesmo, a chamada representatividade.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) diz que alunos devem ser orientados por professores qualificados com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais. Para entrar nessa conversa o profissional deve ter uma capacitação, um conhecimento bem aprofundado sobre as lutas, movimentos sociais e a realidade desses grupos. No momento da discussão deve tomar cuidado com a interferência de comentários ou ideais preconceituosas, até mesmos seus próprios pensamentos e palavras com significados racistas enraizadas.

Naturalmente, deve ser difícil para o professor, pois haverá discussões que podem ficar “acaloradas”, uma vez que para as crianças suas respectivas fontes de conhecimento se dão primeiramente através da família, e por consequência pode ser que já existam ideias empregadas na cabeça do aluno. E como além da família, a escola é responsável por ajudar na construção e formação de conhecimentos e também desconstrução de alguns que não cabem mais diante do século XXI. Um ponto a ser trabalhado é o uso de filmes por exemplo “Pantera Negra”, músicas, e histórias que utilizem o negro como protagonista, criador, autor, compositor ou cantor, se atentando ao que está passando para o aluno. Inclusão de atividades lúdicas, brincadeiras, jogos da cultura afro-brasileira como amarelinha, permitir a fala dos próprios alunos.

Discutir sobre racismo, preconceito, discriminação, representatividade e cultura, seria bem interessante se a discussão se estendesse para além da sala de aula e envolvesse toda a comunidade escolar (gestão, alunos, funcionários da instituição e os pais). Trazer situações reais para os alunos terem experiências. A capacidade analisar e eleger valores para si, consciente e livremente, permitir a própria indagação dos alunos por escrita ou oralidade, situações fictícias ou reais (BRASIL, 2007).

De acordo com Ferreira (2000), o afrodescendente enfrenta no presente a constante discriminação racial de forma aberta ou encoberto e, mesmo sobre tais circunstâncias, tem a

tarefa de construir um futuro promissor. Presente na maioria dos conteúdos os negros estão apresentados como pessoas escravizadas e inferiores. É raro trabalharem os heróis negros que contribuíram para história e lutaram. Como já dito, é importante desenvolver a identidade no aluno através da representatividade. Um ponto a ser trabalhado é o uso de filmes por exemplo “Pantera Negra”, músicas, e histórias que utilizem o negro como protagonista, criador, autor, compositor ou cantor, se atentando ao que está passando para o aluno. Inclusão de atividades lúdicas, brincadeiras, jogos trazendo a cultura afro-brasileiras para o âmbito escolar brasileiro.

### **TRABALHANDO A TEMÁTICA EM SALA DE AULA**

O ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamenta e médio, público e privado é obrigatório, está presente nas leis 10.639/2003 e 11.645/2006 (Art. 26), porém, não acontece, assuntos que deveriam ser trabalhados durante todo o ano letivo são apenas levados em consideração de uma forma bem superficial em datas comemorativas: “Dia do Índio”, “Descobrimento do Brasil” e “Consciência Negra”. O professor, em alguns casos não está preparado para lidar com os conteúdos, entra no assunto com pensamentos preconceituosos, principalmente em relação as religiões de matriz africanas.

A educação para as relações étnico-raciais que cumpre com seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens, e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e de dominação (GOMES, 2013, p. 83).

Debater sobre a percepção das variadas pessoas que atravessam a escola traz à tona a precisão de se analisar os currículos escolares da atualidade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017/2018) tem presente em sua proposta o reconhecimento das desigualdades e diversidades nas instituições brasileiras de educação (públicas e privadas) e promove a discussão dos temas étnico-raciais no currículo como uma forma de enfrentar os preconceitos, racismo e promoção da equidade na educação trazendo toda a história, questões sociais, antropológicas e a realidade atual do Brasil, o problema é que as vezes falta a capacitação do profissional

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) diz que alunos devem ser orientados por professores qualificados com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das

relações entre diferentes grupos étnico-raciais. Para entrar nessa conversa o profissional deve ter uma capacitação, um conhecimento bem aprofundado sobre as lutas, movimentos sociais e a realidade desses grupos. No momento da discussão deve tomar cuidado com a interferência de comentários ou ideais preconceituosas, até mesmos seus próprios pensamentos e palavras com significados racistas enraizadas.

Naturalmente, deve ser difícil para o professor, pois haverá discussões que podem ficar “acaloradas”, uma vez que para as crianças suas respectivas fontes de conhecimento se dão primeiramente através da família, e por consequência pode ser que já existam ideias empregadas na cabeça do aluno. E como além da família, a escola é responsável por ajudar na construção e formação de conhecimentos e também desconstrução de alguns que não cabem mais diante do século XXI.

Um ponto a ser trabalhado é o uso de filmes por exemplo “Pantera Negra “, músicas, e histórias que utilizem o negro como protagonista, criador, autor, compositor ou cantor, se atentando ao que está passando para o aluno. Inclusão de atividades lúdicas, brincadeiras, jogos da cultura afro-brasileira como amarelinha, permitir a fala dos próprios alunos.

Discutir sobre racismo, preconceito, discriminação, representatividade e cultura, seria bem interessante se a discussão se estendesse para além da sala de aula e envolvesse toda a comunidade escolar (gestão, alunos, funcionários da instituição e os pais). Trazer situações reais para os alunos terem experiências e conviver com situações. A capacidade analisar e eleger valores para si, consciente e livremente, permitir a própria indagação dos alunos por escrita ou oralidade, situações fictícias ou reais (BRASIL, 2007).

De acordo com Ferreira (2000), o afrodescendente enfrenta no presente a constante discriminação racial de forma aberta ou encoberto e, mesmo sobre tais circunstâncias, tem a tarefa de construir um futuro promissor. Presente na maioria dos conteúdos os negros estão apresentados como pessoas escravizadas e inferiores. É raro trabalharem os heróis negros que contribuíram para história e lutaram.

Como já dito, é importante desenvolver a identidade no aluno através da representatividade. Um ponto a ser trabalhado é o uso de filmes por exemplo “Pantera Negra “, músicas, e histórias que utilizem o negro como protagonista, criador, autor, compositor ou cantor, se atentando ao que está passando para o aluno. Inclusão de atividades lúdicas, brincadeiras, jogos trazendo a cultura afro-brasileiras para o âmbito escolar brasileiro.

Imagine uma criança que vive numa zona de pobreza chegar um dia na sala de aula e se deparar com uma história em que o rei, o herói, o presidente, o dono da empresa, o advogado, o professor, ou alguém não seja escravizado ou o bandido tenha seus traços, sua cor, sua religião e sua cultura o quanto esse aluno iria se sentir motivado, representando com uma sensação de empoderamento “Se ele pode, eu também posso”. O sorriso, e o brilho nos olhos dessa criança de esperança deve ser incrível (FERREIRA, 2000)

Se a educação realmente transformar com Paulo Freire (1987) acreditava o quanto é importante investir nela, principalmente uma que mude os dados a seguir. A criação de políticas públicas e educacionais, leis e projetos são importantes. Porém, a implementação dessas medidas também é necessária em especial na formação de profissionais capacitados para o trabalho e oportunizar espaços de atuação profissional e debates para as pessoas negras.

As diretrizes da educação, a Base Nacional Comum Curricular propõe a presença desse tema nos currículos das escolas, contudo, não acontece assim, está no papel, mas não sai dele, ou apenas, algumas vezes durante todo o ano letivo, e olha que está presente nas leis 10.639/2003 e 11.645/2006. Na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) diz que todos têm direito a educação e permanência na escola, e sim, a maioria das pessoas entram e frequentam.

O problema é quando se analisa os dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Dados, divulgados pelo IBGE (2020), demonstram o quanto alguns grupos não são abraçados pelos espaços educacionais, e as vezes são discriminados ou ridicularizados. A maioria da população é formada de pretos e pardos, são maioria também de analfabetos, abandonam a escola, repetentes, nas prisões, homicídios e na pobreza, ou seja, são as maiores vítimas da sociedade. Possuem mais chances de serem mortos do que brancos. Só para ressaltar, esse artigo não afirma em nenhum momento que os brancos não sofrem com isso, ele só afirma que as maiores vítimas são as pessoas negras.

Um dos idealizadores do sócio-construtivismo, Lev Vygotsky (1932) que acreditava em um conhecimento construído a partir do meio social, faz pensar que além da família, o ambiente de construção de conhecimentos do indivíduo é a escola, nela está presente uma pequena porção das diversidades e desigualdades que serão encontradas ao longo da vida, ou seja, sua segunda etapa de convivência social com novas culturas, opiniões, pensamentos, religiões e o outros. Então, cabe as pessoas que formam a comunidade escolar instruir para lidar, saber socializar, respeitar, ter empatia para no futuro contribuir para evitar situações de racismo e discriminação, e na reconstrução de uma sociedade igualitária de direitos e justa (GOMES, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no decorrer do trabalho, o ensino no país precisa passar por muitas adequações e mudanças, a inclusão parece existir apenas em palavras escritas, em documentos. Por mais que existam leis, as pessoas que deveriam cumpri-las, são as primeiras a excluir, por falta de empatia, conhecimento sobre algo ou preguiça de pesquisar sobre.

É preciso ser colocado em prática as medidas pedagógicas e de reparação histórica já existente. Essas práticas vão auxiliar na construção da ética e moral dos futuros cidadãos contribuintes para a sociedade, com atividades e discussões durante todo o processo de ensino-aprendizagem proporcionem aos alunos uma sensibilidade, reflexão e conscientização sobre o racismo, discriminação, preconceito e a importância da representatividade. Todas as diversidades que formam o país precisam sentirem-se aceitas e respeitadas dentro da escola, pois ela é um ambiente para todos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. **Lei 10.639 de 20 de dezembro de 2003**. Incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março 2018**. Incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Centro de Formação da Vila. História da Discriminação Racial na Educação Brasileira-Silva Almeida–Escola da Vila 2018. 26 de julho 2018. Disponível em: [https://youtu.be/gwMRRVPI\\_Yw](https://youtu.be/gwMRRVPI_Yw) . Acesso em: 15 set.2021

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Palmas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GELEDÉS. Instituto Da Mulher Negra. Célia Rosa-Trabalhando Relações Étnico-raciais na Educação. 2 de setembro 2019. Disponível em: <https://youtu.be/SAeh9zZnHww> . Acesso em: 15 set.2021

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Portal Geledés: Instituto Da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/>. Acesso em: 19 set. 2021.

Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF, 2004.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019; **PNAD** Continua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em 15 set.2021

Politize!. **Direitos Étnico-raciais**: o que são e como surgiram. 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/DlkWsc6yCMI>. Acesso em: 15 set.2021

Programa Ética e Cidadania. **Construindo valores na escola e na sociedade**: relações étnico-raciais e de gênero / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007

Saúde e Prevenção nas escolas. **Adolescente e Jovens para Educação entre Pares**: Raças e Etnias, v.6. Serie B. Textos básicos de Saúde. Ministério da Saúde e Ministério da Educação Brasília-DF, 2011.